

## Cemitério São Miguel e Almas:

uma necrópole confessional e privada em Porto Alegre nas primeiras décadas da República

*Cemitério São Miguel e Almas: a confessional and private necropolis in Porto Alegre in the first decades of the Republic*



### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o significado sociorreligioso de um cemitério privado e confessional do sul do Brasil, no contexto republicano nacional de secularização dos cemitérios e de laicização da sociedade das primeiras décadas republicanas. Na perspectiva histórica, analisa-se um cemitério da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o São Miguel e Almas, fundado em 1909 por uma irmandade religiosa homônima, constituída por um grupo social economicamente abastado. A intenção é caracterizar os sentidos da gestão privada dos serviços fúnebres e os significados simbólicos do enterro em espaço sagrado católico, numa sociedade que, embora constitucionalmente secularizada e laica, não restringia as possibilidades tradicionais de administração e de experiências de práticas fúnebres religiosas.

**Palavras-chave:** Cemitério privado – práticas fúnebres – secularização da morte – administração cemiterial

### ABSTRACT

This article aims to analyze the social and religious significance of a private cemetery and confessional in southern Brazil, in the context of secularization of cemeteries society within the first republican decades. Taking a historical perspective, it analyzes a cemetery in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul – São Miguel e Almas – founded in 1909 by a religious brotherhood of the same name, consisting of an economically well-off social group. The intention is to characterize the way of private management of funeral services and the symbolic meanings of burial in Catholic sacred space in a society that, although constitutionally secular and laic, did not restrict the traditional possibilities of administration and religious burial practices.

**Keywords:** private cemetery, burial practices, secularization of death, cemetery administration

\* Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos/RS. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da mesma Universidade. CV: <http://lattes.cnpq.br/5567003394621139>

**N**o Brasil, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela intensificação do processo de urbanização e pela consolidação da secularização da sociedade. Tais transformações foram acompanhadas por igual modificação das concepções dos cemitérios, das deliberações administrativas dos mesmos e das representações sociais da morte e do morrer. Em sentido mais amplo, no seu longo processo e em temporalidades distintas, a secularização pode ser entendida como a decadência do lugar ocupado pela autoridade religiosa na configuração das estratégias de organização social. O que, na prática, não significou declínio da religião e da religiosidade – dada a constante procura por recursos espirituais –, mas o deslocamento de diversos setores da sociedade, ao saírem do domínio do religioso (Catroga, 2006, p. 15). A secularização também seria tributária do crescimento da *historicização* e *sociologização* das explicações do mundo e da vida, que conduziram, no que tange às relações sociais, à perda de controle por parte das organizações religiosas, e, no que tange ao culto, a um decréscimo da atração exercida por seus ritos e símbolos, ao menos nas manifestações institucionais (Catroga, 2006, p. 36). No Brasil, o processo de laicização, a expressão mais radical da secularização, é datado e conta com um propósito objetivo. Nesse sentido, a laicidade refere-se aos projetos de transformação cultural que os movimentos anticlericais empreenderam no final do século XIX e início do XX, e suas expressões políticas como, por exemplo, o ideal republicano. A República brasileira, em seu projeto e em sua concepção, foi anticlerical, descristianizada, desprovida de religião. Portanto, laicizada. Evidências desse processo foram as instituições republicanas, que perderam seu caráter religioso, de modo que surgiram o batismo civil, o casamento civil e os cemitérios públicos secularizados.<sup>1</sup>

No final do período imperial brasileiro já eram significativas as contestações políticas e sociais a respeito do controle que a Igreja Católica exercia sobre os espaços de inumação. Ainda que, desde meados do século XIX nas principais cidades brasileiras os cemitérios tenham sido afastados dos centros urbanos, em função das exigências políticas sobre higiene e saúde pública, configurando os chamados “cemitérios extramuros”, muitas das necrópoles permaneceram sob controle da Igreja ou de instituições católicas, embora fossem denominados de “cemitérios públicos”. Este foi o caso, por exemplo, do cemitério “público” da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre que, desde o início dos anos 1850 era considerado “extramuros” e “público”, mas administrado pela irmandade da Santa Casa, uma instituição católica (Nascimento, 2006, p. 315). Na Corte imperial do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, deputados criticavam a existência de cemitérios ditos “públicos”, que eram, na prática particulares, pois geridos por corporações religiosas que não adotavam práticas laicas de sepultamento, proibindo enterros de anticlericais, maçons, protestantes, etc. (Rodrigues, 2005, p. 290-298). Um dos desdobramentos destas críticas foi a defesa da secularização dos cemitérios, da intervenção da administração civil nos cemitérios “públicos”, em detrimento do controle exclusivo da autoridade eclesiástica. Segundo Rodrigues (2005, p. 266), a partir da década de 1870, a argumentação de membros da Câmara dos Deputados, principalmente maçons e liberais (tanto monarquistas como republicanos), em defesa desta secularização era de que a Igreja católica poderia manter cerimonial

1 No Brasil, historicamente foram as irmandades – associações religiosas, de culto católico, especialmente de devoção a um santo, invocação da Virgem ou anjo, que funcionavam regidas por um estatuto chamado compromisso e possuíam também objetivos de assistência social – que, pelo menos, entre o período colonial e o final do Império, ofereciam funerais aos irmãos.



religioso para os católicos, mas, do mesmo modo, permitir que outras confissões religiosas também poderiam usufruir e cerimonializar seus mortos nos cemitérios públicos.

Tanto a separação entre Igreja e Estado (1890) como as disposições presentes na Constituição Republicana (1891) possibilitaram que o enterro em cemitério público e sem jurisdição eclesiástica se tornasse um direito de todo cidadão, independente da religião professada. A partir de então, modos cristãos-católicos de vivenciar, conceber e representar a morte modificavam-se substancialmente, de forma que os cemitérios públicos secularizados começaram a aceitar rituais religiosos de enterro realizados por qualquer confissão e não mais apenas e exclusivamente ritos católicos.<sup>2</sup> Foi o decreto 789, de 27 de setembro de 1890, que eliminou a intervenção de qualquer autoridade eclesiástica na gerência de cemitérios públicos, que passaria, a partir de então, à competência das municipalidades e das polícias. Logo, os cemitérios ditos “públicos” seriam administrados pelo poder político municipal, sem distinção de credo religioso para garantia de sepultamento.<sup>3</sup> A Constituição de 1891, em seu artigo 72º, § 5º, referia que “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis”.<sup>4</sup>

Os cemitérios secularizados, por este conjunto de encaminhamentos legais, aceitariam realizar sepultamento de mortos de qualquer confissão religiosa. Os cemitérios privados e confessionais, concordavam em realizar sepultamento de qualquer sujeito, desde que as ritualísticas fúnebres seguissem ou, ao menos, não ferissem a confissão religiosa adotada pela entidade administradora da necrópole.<sup>5</sup>

No início de século XX, ainda é possível observar que as representações da morte nos cemitérios, públicos ou privados, com símbolos religiosos ou cívicos, expressavam e evidenciavam diferenças sociais, como no passado. O sentimento de negação da morte estava expresso na busca de promover vivacidade dos cemitérios, pela construção de jazigos imponentes, diferenciados, esteticamente belos e bem cuidados.<sup>6</sup> De acordo com o antropólogo Antonio Motta (2008, p. 42), as representações da morte estavam fortemente calcadas em sua negação, na tentativa de imortalizar a memória do morto nas sepulturas construídas e decoradas privativamente, mesmo em cemitérios públicos brasileiros. Para Motta (2008, p. 41-43), o sentimento de “negação da morte” tornava-se uma necessidade de ser expressa por meio da “conversão da ausência em presença”,

2 Na Europa, discussões entre católicos que defendiam cemitérios sob a guarda da Igreja e liberais que defendiam e implementavam cemitérios secularizados já ocorriam desde meados do século XIX. Monsenhor Gaume, na obra *O Cemitério no século XIX*, publicada em 1874, condenava o cemitério secularizado e defendia o cemitério católico, a partir da justificativa do que seria o interesse de “todos os católicos do mundo”. Gaume chamava de solidarismo as doutrinas de organização social ou de propostas de vida em sociedade que marcaram o século XIX, as quais eram vistas como usurpadoras e profanadoras, difundindo enterros civis que eram “impostos” às famílias, com “cínico alarde”. Em síntese, Gaume criticava a secularização e a laicidade do Estado: “Depois de haver expulsado a Deus do nascimento do homem, excluindo-o do batismo; depois de o haver excluído da entrada do homem na vida social, excluindo-o do matrimônio, o solidarismo expele-o hoje da morte do homem, afastando de sua sepultura e de seu túmulo o ministro de qualquer religião”. GAUME, Mons. *O Cemitério no século XIX ou a última palavra dos solitários*. Portugal: Livraria Internacional, 1874.

3 BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 789, de 27 de Setembro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-789-27-setembro-1890-552270-publicacaooriginal-69398-pe.html>>. Acesso em: 04/07/2016.

4 BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 04/07/2016.

5 BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 789, de 27 de Setembro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-789-27-setembro-1890-552270-publicacaooriginal-69398-pe.html>>. Acesso em: 04/07/2016.

6 O túmulo tornava-se cada vez mais o signo da presença do morto e “ao mesmo tempo em que servia para ocultar o cadáver, entregue à inevitável e temida ação devoradora dos vermes, cumpria, pelo menos no plano imagético, a fantasia da incorruptibilidade da carne, isto é, uma espécie de dispositivo simbólico de conservação e de presentificação” (Motta, 2008, p. 41).

daí as distintas marcas que os vivos passavam a edificar nos túmulos dos seus mortos: diversas alegorias de pedra ou mármore com efeitos esculturais e “linguagens estéticas expressivas”. A necessidade existencial de negar a morte, segundo Fernando Catroga, com a tradução romântica expressa nas necrópoles europeias oitocentistas – que influenciou diretamente as necrópoles brasileiras até, pelo menos, o final da primeira metade do século XX – expressava-se “na recusa exasperada da morte do outro e no crescente funcionamento da memória como instância supletiva de imortalização” que “deram origem a uma nova cenografia e a um novo culto dos mortos”. Esta é a explicação, apontada por Catroga, para grande elevação arquitetônica da morada dos mortos e da consideração dos túmulos como elementos comparáveis à casa da família, um local a ser visitado, lembrado, homenageado, pois um “centro privilegiado de identificação e de filiação de gerações” (CATROGA, 2010, p. 168-169). Desejava-se o cemitério, mas recusava-se a morte, de tal modo que os indivíduos se esforçavam por manter, nos túmulos, elementos que não apenas homenageassem seus mortos, mas também que lhes consolassem em vida.

É a partir deste contexto de laicização e secularização sobre os agenciamentos da morte e do morrer que este texto analisa a gestão das práticas fúnebres nas primeiras décadas do século XX, de um cemitério específico, o São Miguel e Almas, da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A análise parte da utilização e consulta a diversos documentos da própria instituição, presentes em seu arquivo particular, especialmente, mas não apenas, aos Livros de Atas que registravam com detalhes todas as discussões realizadas em reuniões da Mesa administrativa.<sup>7</sup> Este cemitério (ver figura 1), administrado por uma irmandade religiosa católica,<sup>8</sup> a São Miguel e Almas, que existia na cidade desde o século XVIII, teve sua fundação no ano de 1909 e logo se tornou uma referência de necrópole na cidade, não apenas pelos melhoramentos estéticos empreendidos na primeira metade do século XX, mas sobretudo por garantir rituais fúnebres de enterramento exclusivamente católicos, acompanhados por todos os paramentos da fé, desde bênçãos dos túmulos, realizadas por capelães, até colocação de símbolos cristãos nas catacumbas, para todos os funerais ali realizados.

7 Arquivo da Irmandade São Miguel e Almas de Porto Alegre (ISMA), Livros de Atas das Sessões, (Livro V – 1907-1916, Livro VI – 1916-1933, Livro de mesa conjunta, 1934 – 1937, Livro de mesa conjunta, 1937 a 1952, Livro de mesa administrativa, 1941-1958).

8 A direção da irmandade e do cemitério cabia a uma Mesa Administrativa anualmente eleita entre os irmãos, formada pelo Provedor (o presidente da Mesa), o Vice-Provedor, o Escrivão (responsável pela escrituração e registro de atas de reuniões), o Procurador (fiscalizador dos bens da instituição), os Mesários (irmãos com direito a voto e a serem eleitos para cargos oficiais), a juíza de festa (responsável pelo custeio e sermão da festa) e o tesoureiro (responsável pela escrituração mercantil). ISMA. *Compromisso e Regulamentos da Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1924, p. 04-08.



Figura 01: Fachada atual do Cemitério São Miguel e Almas



Fonte: <http://cemiteriosaomiguel.org.br/>

Tratava-se, então, da existência de um cemitério católico e privado, com permanências de uma tradição religiosa do século XIX, fortemente consolidada no pensamento cristão-católico, que tinha a Igreja e as irmandades como instituições mantenedoras das normas de funcionamento dos cemitérios. Esta foi uma peculiaridade interessante, considerando o processo de secularização dos cemitérios do início do período republicano. Em decorrência de uma estreita relação da irmandade com a Igreja, o cemitério São Miguel e Almas, manteve amplo contato com o Arcebispado de Porto Alegre, com a proposta de assistir certa parcela da população, especialmente seus associados e respectivas famílias – atendendo anseios de distinção social e religiosa –, mas também todos aqueles que, mediante pagamento, desejassem promover enterro católico para seus familiares mortos, os chamados “irmãos de corpo presente”.<sup>9</sup>

Antes, porém, da fundação do cemitério São Miguel e Almas no início do século XX, é preciso destacar que, desde a década de 1860, a irmandade manteve espaço privado – arrendado – no interior do cemitério da Santa Casa de Misericórdia.<sup>10</sup> Ao adquirir esse espaço cemiterial nos quadros do cemitério da Santa Casa, a irmandade São Miguel assumiu o encargo de realizar pagamentos de taxas de transporte fúnebre e abertura de catacumbas, bem como abandonou a ideia – naquela época já aventada – de construir um cemitério independente (Barea, 2004 [1932], p. 108). Portanto, quando da inauguração do próprio cemitério, em 1909, a irmandade já possuía ampla experiência no gerenciamento de atividades fúnebres cristãs.

Para concluir esta passagem introdutória, vale referir que este artigo está dividido em três partes: na primeira, buscarei identificar quem eram os irmãos e os mortos enterrados no cemitério São Miguel e Almas, traçando um perfil social do mesmo; depois, abordar os significados da realização de enterros no recinto sagrado desse cemitério em constantes reformas e ampliações

9 A irmandade usou inúmeras vezes a expressão “corpo presente” nas primeiras décadas do século XX, vindo a defini-lo no seu compromisso de 1946 como uma “categoria de irmãos”: “Art. 7º - Existe ainda a categoria especial de irmãos de corpo presente, constituída pelas pessoas que ingressarem na Irmandade depois de falecidas”. ISMA, Compromisso e Regulamento, 1946, art. 7º, p. 06.

10 Em 1932, os irmãos registraram em ata um histórico deste espaço cemiterial. ISMA, Ata, 29 janeiro 1932, fl. 165v.

de seu espaço arquitetônico; por fim, analisar as práticas rituais e fúnebres realizadas no cemitério, que reforçavam a tradição cristã-católica de determinada concepção de morte e de cuidados com os mortos.

## Reduto da elite católica porto-alegrense

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Porto Alegre já vivia transformações significativas, conforme apontou a historiadora Sandra Pesavento (2008, p. 17), ainda que não fossem as “grandes intervenções que se processariam [...] a partir dos anos trinta”. A modernidade urbana produzia transformações na vida cotidiana, mudanças nas formas de proceder, na fixação de normas, no enfrentamento entre progresso e tradição, nos valores e expectativas de redefinição dos papéis sociais. Novos significados eram atribuídos a determinados espaços e às práticas sociais que constituíam o *ethos* urbano e as imagens de representação da cidade. Neste período, investimentos em empreendimentos urbanos, edificações públicas e privadas, além de melhorias na infraestrutura configuravam novas paisagens da cidade. As elites econômicas locais passavam a valorizar cada vez mais a diferenciação social e, como em Ilhéus, na Bahia do mesmo período, “as diferenças estabelecidas entre os palacetes situados nas ruas centrais e as casas populares dos bairros periféricos eram análogas às que existiam entre os jazigos perpétuos e as sepulturas rasas localizadas nos espaços menos valorizados dos cemitérios” (Ribeiro, 2008, p. 267).

Na cidade de Porto Alegre, cada vez mais urbana, o rol de irmãos da irmandade e daqueles sepultados no cemitério sugerem que tanto a entidade religiosa quanto a necrópole eram espaços socialmente seletivos, pois nem todos os católicos dispunham de recursos econômicos para a filiação associativa em uma irmandade dedicada às práticas fúnebres e em um cemitério que exigia significativos investimentos na locação, no erguimento e na manutenção dos túmulos, como os da figura 02.<sup>11</sup>

Figura 02: Vista geral de parte do cemitério São Miguel e Almas



Fonte: <http://cemiteriosaomiguel.org.br/>

11 O quadro social dos irmãos era composto pelo gênero feminino e masculino, embora as mulheres não participassem no gerenciamento da associação e do cemitério. Para maiores informações sobre o perfil social da irmandade e do cemitério, ver Dillmann (2013).

Pobres em geral, miseráveis, operários, trabalhadores ou agenciadores, raramente tinham representatividade entre os irmãos ou estavam presentes nas fontes que registravam os índices com os nomes dos indivíduos sepultados.<sup>12</sup> No entanto, alguns irmãos em estado de indigência ou ex-funcionários sem condições financeiras recebiam enterro gratuitamente e a irmandade cumpria sua função assistencial, conforme estabelecia seu compromisso, o estatuto de funcionamento.<sup>13</sup>

O grupo irmanado e sepultado pertencia a determinadas categorias sociais mais abastadas e de declarada confissão católica. Membros de outras confissões religiosas, como judeus, espíritas e protestantes não eram aceitos, uma vez que ingressar na irmandade ou ser sepultado no cemitério exigia, preliminarmente, professar a fé católica. Entre estes membros da elite católica, havia indivíduos que ocupavam cargos públicos e políticos ou que mantinham seus próprios negócios comerciais ou industriais na cidade. Alguns ocupavam certos cargos considerados de prestígio na época, como presidentes, chefes, tesoureiros em associações ou sindicatos de suas áreas de atuação e, ainda, participavam de diversas instituições – políticas, literárias, beneficentes – porto-alegrenses. Outros eram simplesmente reconhecidos como “negociantes”, exportadores, “capitalistas”, industriais, proprietários de pequenos empreendimentos (armazéns, relojoarias, açougues, casas funerárias) e outros eram profissionais liberais ou funcionários públicos municipais (Dillmann, 2013, p. 17).

Pela leitura e análise realizada na documentação consultada, nos livros de Registros Diários, no Índice do Cemitério Velho e no Livro de Entrada de Irmãos, é possível observar a forte participação de: políticos, funcionários públicos, jornalistas, militares, professores, comerciantes e profissionais liberais. Havia, também, vários membros das Forças Armadas, em distintas classes na hierarquia militar, mas sobretudo de altas patentes. Não foi possível identificar se os mesmos pertenciam à Marinha ou ao Exército, pois muitas vezes indicava-se apenas o genérico “tenente”. As patentes que se destacavam eram marechal, general, coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro-tenente. O registro de “doutores” (juizes, advogados, médicos, engenheiros e dentistas) também foi frequente para indicar a qualificação dos participantes da irmandade que foram sepultados em seu cemitério (Dillmann, 2013, p. 221).

A irmandade contou também com um número significativo de imigrantes de variadas etnias em seu quadro de irmãos e de mortos enterrados no cemitério. Em geral, tratava-se de indivíduos bem-sucedidos socialmente, moradores do ambiente urbano em que exerciam suas atividades comerciais. Pela análise do Livro de Entrada dos Irmãos (1915-1938), foi possível verificar a presença significativa de italianos, justificada pela forte imigração em Porto Alegre, e pela crença católica de boa parte desse grupo imigrante (Possamai, 2005). Além do constante e razoável registro de italianos e portugueses, percebe-se a recorrência, ainda que restrita, de espanhóis, alemães, franceses e outros, em menor número.<sup>14</sup>

O cemitério São Miguel e Almas assumia suas especificidades de representações sociais ao propiciar certa coesão do grupo irmanado, evidenciado em seu perfil religioso e na definição de

12 ISMA, Livros de Atas citados, Livro de Matrícula dos irmãos, 1881-1915.

13 O primeiro compromisso da Irmandade data de 1775, passando, posteriormente, por diversas reformas. Para o período aqui analisado, vale-se dos compromissos de 1924 e 1946, lavrados em Atas.

14 Para uma descrição mais apurada sobre quem eram alguns destes sujeitos e quais suas profissões, ver Dillmann (2013, p. 215-225).



um perfil econômico-social, embora não seja possível estabelecer um padrão rígido e homogêneo desse grupo. A Mesa Administrativa, os irmãos mesários, os sócios, em geral, e os irmãos de corpo presente atuavam em distintas instâncias sociais da cidade e exerciam diversificadas profissões prestigiadas, como políticas e militares, conforme mencionado. Ainda que não seja possível especificar ou investigar níveis de renda, os associados se encontravam entre os moradores do ambiente urbano da cidade que dispunham de condições financeiras para arcar funerais e manter a conservação dos túmulos.

Na cidade cada vez mais desenvolvida em termos econômicos e urbanísticos, o cemitério São Miguel e Almas ganhava imponência nos túmulos e jazigos (ver figuras 02 e 03) que eram construídos com ostentação pelos mais abastados.

Figura 03: Construções tumulares do cemitério São Miguel e Almas



Fonte: <http://cemiteriosaomiguel.org.br/>

## Enterramentos em espaço sagrado e a concepção de morte

No cemitério, havia a observância dos rituais religiosos católicos celebrados, como missas, bênçãos e encomendações, que representavam para os irmãos que integravam a São Miguel o zelo religioso dispensado aos mortos, às famílias e a cada irmão individualmente. Cumpria-se, assim, a função religiosa da irmandade na sacralização do espaço cemiterial, que se utilizava dos rituais fúnebres para legitimar sua atuação, consolar e garantir um bem morrer (Elias, 2001, p. 36). Pertencer à irmandade significava, sobretudo, professar a fé católica, como indicava o segundo artigo do compromisso de 1924: “ser católico e ter qualidades que honrem a irmandade”.<sup>15</sup> Além disso, o cemitério era bem localizado no território urbano da cidade – apenas cinco quilômetros do centro – e garantia não apenas a prática de enterramentos privados, como a construção de túmulos majestosos, por parte dos familiares dos mortos e dos membros da própria instituição.

<sup>15</sup> ISMA, Ata, 31 de agosto de 1931, fl. 163



O gerenciamento administrativo do cemitério da irmandade foi feito a partir de inúmeras estratégias empregadas para ampliar, modernizar e consolidar suas instalações e, desta forma, garantir o pleno andamento das práticas fúnebres e assegurar a distinção social, diante de outras necrópoles. Com o elevado crescimento econômico nas décadas de 1910 e 1920, a irmandade investiu em obras de ampliação e adequação do espaço físico cemiterial. Em agosto de 1913, por exemplo, o provedor da associação expunha à mesa “a necessidade [...] em aumentar as catacumbas no seu número”, decidindo-se pela negociação com o proprietário de um terreno ao lado do cemitério com a finalidade de se comprar “uma nesga [pequeno pedaço do terreno] ou o terreno todo, que é necessário ao cemitério”.<sup>16</sup> Em março de 1918, o provedor solicitava autorização à mesa para a compra de novo terreno, necessário para o aumento do cemitério, haja vista o mesmo ter se tornado pequeno para seu fim.<sup>17</sup>

A irmandade permaneceu até meados dos anos 1940 com seu espaço arrendado no interior do cemitério da Santa Casa, chamado pelos irmãos de “cemitério velho”, ainda que contasse com cemitério próprio, nomeado de “cemitério novo”. No entanto, na década de 1910, o cenário do “cemitério velho” era de abandono e de túmulos com uma “estética ultrapassada”, conforme destacava o provedor Luís da Rocha Farias, em relatório de agosto de 1917. Por estar “francamente muito em desacordo com as condições do renome” da irmandade, o provedor propunha obras ou modificações pelas quais poderiam “atrair a preferência da nossa população e quiçá das famílias dos nossos irmãos”.<sup>18</sup> Todavia, naquela altura, os próprios familiares dos irmãos preferiam o esplendor, a ostentação e a comodidade do novo cemitério. De todo modo, em 1922, iniciaram reformas no cemitério velho,<sup>19</sup> de tal modo que, entrando em contato com a Santa Casa, aprovou-se o projeto de remodelação dos nichos.<sup>20</sup> Assim, foi empreendida mais uma obra de expansão cemiterial.

A partir da década de 1930, os irmãos se empenharam em conferir maior destaque social ao cemitério, equiparando-o ao cemitério público da Santa Casa de Misericórdia. A intenção era manter uma distinção do cemitério público, a partir de notáveis benefícios aos sócios, uma vez que pertencer à irmandade devia ser sinônimo de proteção, auxílio e garantia de um bom funeral, um bom enterro e uma boa catacumba. Possibilitar uma boa catacumba aos mortos da família, de preferência perpetuada, significava manter a lembrança, construir e preservar a memória de um indivíduo ou de um grupo, ao menos enquanto houvesse parentes ou pessoas dispostas a cultuá-los. Os cuidados e as decorações tumulares, naturais ou artificiais, revelavam o desejo social de exaltação da memória do morto, transformando os túmulos em locais de celebração, de culto, de veneração e de fé (Ribeiro, 2008, p. 16).

Desde a década de 1920, coexistiram no cemitério os jazigos e monumentos erguidos sobre as sepulturas individuais ou familiares e os nichos ordenados verticalmente. Foi fundamentalmente a partir desta década que o cemitério São Miguel e Almas investiu no projeto arquitetônico que o diferenciou pela suntuosidade em relação às outras necrópoles da cidade.

16 ISMA, Ata, 11 de agosto de 1913, fl. 64v.

17 ISMA, Ata, 01 de março de 1918, fl. 45.

18 ISMA, Ata, 28 de agosto de 1937, fl. 98.

19 ISMA, Ata, 25 de maio de 1922, fl. 94v.

20 ISMA, Ata, 15 de setembro de 1922, fl. 97v.



No final da década de 1910, a ideia da verticalização era presente. Em 1917, foi debatida a possibilidade de um projeto de construção de galeria com três metros de largura, o que era considerado mais moderno, em termos cemiteriais. Em reunião, o irmão Pinto Correa, referindo-se ao projeto, fez várias considerações sobre a utilidade da obra, destacando que, em algumas cidades europeias, os cemitérios obedeciam a um formato semelhante ao de galerias, chamando a atenção para a necessidade de ventiladores.<sup>21</sup> Propondo algo absolutamente novo para a cidade, especialmente em relação aos demais cemitérios, esse tipo de projeto se baseava em cemitérios europeus.

Nos anos seguintes, ao apresentar-se qualificativamente como novo, limpo, ordenado e sacralizado, o cemitério representava-se como moderno, por ser também gerenciado financeiramente e funcionar regimentalmente com base em normas estabelecidas em seu regulamento (regulamentos de 1924, 1946, 1952).<sup>22</sup> Os modelos tumulares se posicionavam entre o tradicional, presentes nas grandiosas construções tumulares destinadas a preservar a memória dos mortos e a lembrança dos vivos, e o moderno, que se apresentava como uma necrópole formada por nichos destinados a um enterro discreto, individual, em gavetas. Um único cemitério com diferentes expressões de enterro e de sepultura que refletiam um modo inovador de encarar a morte. Por construções monumentais fúnebres ou modernas galerias verticais, o cemitério era dirigido a não permitir o esquecimento dos mortos. Esta necrópole passou a ser, simbolicamente – para a população católica de Porto Alegre –, a representação da memória de um grupo de famílias católicas.

A visibilidade social pretendida ou alcançada pelo cemitério, com suas construções tumulares, se deve ao empenho de uma parcela social que buscou perpetuar a memória de seus mortos e pela disposição das mesas administrativas da irmandade em fazer dela uma referência em atividades cemiteriais católicas na cidade. As pompas funerárias, por exemplo, tornavam possível a preservação da memória do grupo, com capelas destinadas a irmãos beneméritos; memórias de famílias, com capelas disponíveis à venda para a população; e memória de indivíduos, com as catacumbas individuais em ordens verticais, devidamente adornadas e bem cuidadas.

As obras de verticalização do cemitério prosseguiriam nos anos 1930 e correspondiam às demandas sociais do período, as quais provavelmente não eram prerrogativas exclusivas desta irmandade e deste cemitério e ainda estavam de acordo com a configuração assumida pela cidade, pelas concepções de ambiente urbano e de padrões estéticos dessa urbanidade. Com a aquisição de um novo terreno da Companhia Predial, em 1930, a Provedoria, tendo à frente Antônio Gomes Pires Júnior e Felipe de Paula Soares, projetou dar início a uma “grandiosa obra”, que “virá dotar esta irmandade e a capital de um cemitério que será classificado o primeiro da América do Sul”.<sup>23</sup> Durante todo o ano de 1931, foram realizadas obras de construção de catacumbas, que mereceram destaque nas reuniões de mesa, ocasiões em que eram apresentados desenhos sobre o ornamento das catacumbas e as modificações nas colunas

21 ISMA, Ata, 15 de fevereiro de 1917, fl. 16v.

22 ISMA, Compromisso e Regulamentos da Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1924; Compromisso e Regulamento, 1946; Regulamento do Cemitério, 1952.

23 ISMA, Ata, 20 de maio de 1930, fl. 153v.



do cemitério.<sup>24</sup> Quando da inauguração da nova galeria de catacumbas, durante as cerimônias fúnebres do Dia de Finados de 1931, o irmão Eduardo Duarte se pronunciou da seguinte maneira:

*Novos melhoramentos se impunham para atender aos nossos compromissos; as catacumbas escasseavam de tal maneira que, sabem-no os nossos irmãos, momento houve em que ficamos reduzidos a uma dezena apenas. [...] Foi quando os dirigentes da irmandade, em continuas reuniões, resolveram o levantamento dessa obra de elevadas proporções, que constitui as catacumbas recém-inauguradas e já em grande parte utilizadas.<sup>25</sup>*

A construção que estava sendo inaugurada era, na opinião do irmão, “bela na sua grandiosidade, no seu formoso estilo, despertando a atenção de todos pela originalidade”. Desse modo, o cemitério tornou-se uma fonte de lucro e um grande negócio para o crescimento da instituição e de seu patrimônio. Com seu crescimento e o de seu faturamento, a irmandade deu vazão às modernas concepções tumulares, com as construções de jazigos-capelas, uma demanda de “consumo” funerário da época e aspiração de uma elite social diante da morte.

O aumento do espaço físico do cemitério foi, em boa medida, resultado das constantes procuras por perpetuações de espaços tumulares, muito realizadas nas primeiras décadas do século XX, como forma de preservação da memória de indivíduos e de suas famílias, preocupadas também em adornar as sepulturas com mármore branco e esculturas sacras. Além disso, a verticalização – túmulos em forma de gavetas – e a divisão em galerias e nichos, com diversos andares/ordens, configuraram um projeto pelo qual a irmandade buscou a modernização de seu campo santo, adotando certos procedimentos administrativos para melhor controle dos arrendamentos, perpetuações, transladações e admissões. As novas construções tumulares representavam os anseios da população em “esconder” a morte.<sup>26</sup> A verticalização era a expressão da afirmação da individualidade – e simbolicamente, do crescimento das expectativas terrenas – embora não menos sagradas (Catroga, 2002, p. 20). A convivência entre o túmulo vertical e as sepulturas no chão esteve em voga na primeira metade do século XX, mas a partir de meados dos anos 1940, os nichos se destacariam e os enterramentos individuais nas ordens verticais passariam a ser mais procurados. A imagem abaixo, meramente ilustrativa, pois trata-se de uma fotografia da década de 1960, auxilia a ter uma ideia das obras de verticalização desenvolvidas desde os anos 1920.

24 ISMA, Ata, 03 de fevereiro de 1931, fl. 157v

25 ISMA, Ata, 29 de janeiro de 1932, fl. 165v.

26 A expressão “esconder a morte” é do historiador Philippe Ariès (1977, p. 208), quando destacava, na análise dos cemitérios franceses do século XX, que a morte – apesar da aparente publicidade que a rodeava no luto, no cemitério, na vida, na arte ou na literatura – começava a esconder-se sob a beleza dos túmulos.



Figura 04: Verticalização do cemitério



Fonte: ISMA, década 1960, autoria desconhecida

Ainda nas primeiras décadas do XX, crescia cada vez mais a procura por nichos individuais e verticais, em três ou quatro ordens (ver figura 05), conforme modelos europeus da época. Em geral, a limpeza, a organização, o adorno e o cuidado estético constituíram os fatores tidos como fundamentais para a valorização do cemitério. Essa valorização contava também com o respeito, a ordem e o zelo com os elementos religiosos – inscrições, símbolos – de seu posicionamento nos túmulos ou nichos nas galerias. A gestão cemiterial caracterizava-se não apenas pelo estabelecimento e fiscalização do cumprimento de normas de padronização tumular, como pela condução financeira orientada para o crescimento patrimonial da irmandade, fundamental para novos investimentos e para a visibilidade social do cemitério que ela mantinha.

Figura 05: Cemitério verticalizado



Fonte: <http://cemiteriosaomiguel.org.br/>

As manifestações litúrgicas de culto aos túmulos no cemitério ocorriam e expressavam uma sensibilidade que exprimia a intolerância com a morte e o desejo de atenuação do “traumatismo da perda” (Thomas, 1986 p. 13). Justamente por não se aceitar a morte do outro, buscava-se, nos cemitérios, cultuar os mortos nos seus túmulos e fazer destes elementos materiais – os túmulos – evidências representativas da imortalização da alma e da memória do finado. Consolidava-se, assim, nos cemitérios, a familiaridade entre vivos e mortos<sup>27</sup>. Nesse sentido, vale destacar que, na análise de Ariès (1977, p. 305) para a França do início do século XX, tornaram-se mais rituais as expressões públicas de sentimentos nos cemitérios, sem improvisações, porém discretas, especialmente entre membros de uma mesma família ou entre famílias de uma mesma comunidade, que visitam os túmulos de seus mortos. Essa expressão pública de sentimentos e de relações simbólicas entre vivos e mortos pode ser constatada, em Porto Alegre, a partir da proliferação, desde a década de 1910, de anúncios na revista católica (de fato, *Boletim Eclesiástico Unitas*), divulgando produtos e serviços de oficinas de esculturas de arte sacra que realizavam trabalhos decorativos para túmulos.<sup>28</sup> Se havia anúncios, existiam clientes dispostos a adquirir imagens de anjos, de santas ou frases bíblicas em relevo para decorar túmulos de familiares e suportar ou tolerar a morte.

O ideal para a sociedade católica das primeiras décadas do século XX era possuir um túmulo de família ou individual, previamente negociado, adquirido, arrendado ou perpetuado em vida, o que integrava a noção de boa morte do período, a ideia da preparação para morrer. Preparar-se

27 Esta familiaridade entre vivos e mortos, as visitas frequentes aos cemitérios e os cultos aos túmulos não devem ser percebidos como evidências de aceitação e aprovação da morte. Era justamente por se negar a morte e a ausência daquele que morreu que se erguiam túmulos muitas vezes decorados com esculturas e epitáfios que imortalizavam o morto. Atualmente, diferentemente, a negação da morte se expressa na repulsa e recusa do cemitério e dos elementos fúnebres, considerados mórbidos e agressivos. Mas, se no passado (início do século XX), a forma de representificar o morto era através da ornamentação tumular, na contemporaneidade, continua a se ver “naquele que acaba de morrer alguém que ainda não deixou a vida”, de modo que os cuidados dispensados ao morto traduzem imagens muito próximas da vida (Thomas, 1986, p. 13). Portanto, uma outra forma de negação.

28 O *Boletim Eclesiástico Unitas*, da Arquidiocese de Porto Alegre, publicou inúmeros anúncios destas oficinas de esculturas (Arquivo Memorial Jesuíta Unisinos/RS, *Unitas*, n.9-10, ano IV, 1917).

para a morte significava cuidar de assuntos religiosos e garantir antecipadamente um espaço fúnebre. A boa morte, percebida através do outro, pela experiência de morte de um ente querido, era aquela acompanhada do enterro, em túmulos carregados de símbolos funerários (ver figura 06), como os grandes jazigos em mármore branco. Tais túmulos, com simbologias fúnebres, eram a expressão da negação da morte, da recusa da morte e, também, um modo de evocar, recordar, eternizar a memória e ratificar posições sociais (Catroga, 2010).<sup>29</sup>

Figura 06: Aspectos tumulares no cemitério São Miguel e Almas



Fonte: <http://cemiteriosaomiguel.org.br/>

## A notoriedade das práticas fúnebres católicas no São Miguel e Almas

Os católicos que integravam a irmandade e optavam pelo enterramento no cemitério São Miguel e Almas expressavam sua devoção religiosa e cultuavam seus mortos por meio de determinadas práticas religiosas e fúnebres. Foram três as práticas fúnebres e religiosas mais comuns desenvolvidas pela irmandade nas primeiras décadas do século XX: a condução dos mortos, as comemorações dos Finados e as festividades anuais ao Arcanjo São Miguel.

Os transportes fúnebres passaram por mudanças significativas no início do século XX, quando ocorreu uma substituição gradual da tração animal pela tração motorizada dos veículos (Dillmann, 2012). As carruagens fúnebres – perceba-se na figura 07 – traziam símbolos cristãos, como a cruz integrada à cobertura, e revelam não apenas o cerimonial religioso do cortejo que atraía a população mais carola e abastada, mas também o requinte e distinção a que se prestavam a condução dos mortos.

<sup>29</sup> Essas representações da morte do início do século XX diferem das representações atuais da morte, quando a negação da morte é caracterizada pelo abandono do culto aos mortos e aos túmulos, pelo distanciamento dos vivos em relação aos mortos, pelo distanciamento que se preza em relação ao cemitério, pela valorização da experiência de morte isolada e solitária, pelos sentimentos de temor, medo e tristeza representados pela morte, pelos cortejos fúnebres “clandestinos” e despercebidos, pela redução ou eliminação do luto, pelas tentativas de esquecimento da morte, pela rejeição em pensar e falar da morte ou da sua possibilidade, pelo caráter mórbido que a morte assumiu. Todas estas percepções e experiências do morrer são fruto, em grande medida, dos valores centrados na individualidade, no anonimato, na crença existente no poder da ciência [médica, farmacêutica, etc.], na vida urbana em constante movimento e transformação. Ver Catroga, 2002 e Kübler-Ross, 2000.

Figura 07: Carro fúnebre de tração animal



Fonte: ISMA, autoria desconhecida, provavelmente década de 1920.

Na década de 1920, Porto Alegre já contava com grande número de veículos circulando pelas ruas da cidade. As mudanças nos carros fúnebres da irmandade São Miguel e Almas significou um melhor atendimento aos irmãos, com um meio de transporte mais eficaz. O deslocamento dos mortos ao cemitério tornou-se mais rápido, eficiente e dinâmico, entre as décadas de 1910 e 1920, devido à substituição das carruagens por automóveis que, simbolicamente, representavam funerais mais distintos para os irmãos e para a irmandade, desafios enfrentados para a manutenção dos equipamentos e da mão de obra qualificada, como os *chauffeurs* capacitados para conduzir automóveis. O prestígio que a irmandade passou a ter após as alterações de seus carros atendia as expectativas dos irmãos, pela inserção no processo de modernização que a cidade de Porto Alegre vivenciava.

No século XX, todos os corpos mortos eram conduzidos aos cemitérios com ou sem pompa, mas certamente os carros consistiam em elementos de distinção. Para aqueles que já eram faustosos, o aparato cresceu mais, na medida em que surgiram na década de 1920 os primeiros carros fúnebres motorizados. Símbolos de prestígio para uma classe social mais acomodada, os carros bem equipados faziam a diferença, entre pessoas notórias e comuns. Os adornos dos carros tornavam o funeral mais bonito, atrativo e simbolicamente importante aos olhos da população, constituindo um espetáculo fúnebre, do qual podiam usufruir determinados grupos sociais,<sup>30</sup> que se destacavam por seu poder econômico e importância social. As crianças, nomeadas de “anjinhos”, tinham cortejo fúnebre diferenciado, com condução em carro branco.

Com os carros motorizados, as conduções fúnebres passaram a apresentar certo requinte, pois, somados à novidade do motor, receberam decoração especial. Note-se, na figura 08 que,

<sup>30</sup> Inspirado em VALDES (2009, p. 154).

comparada à figura 07, é possível perceber a mudança de tração que sofreu esse carro fúnebre, permanecendo tanto a parte lateral, decorada em alto relevo, quanto a parte superior, uma espécie de cúpula decorada com uma cruz. Se os motorizados ganharam destaque e importância com a intensificação da urbanização, as carroças e carruagens não deixaram de circular nos espaços públicos da cidade, em direção aos cemitérios, seja como conduções fúnebres, seja como meio de transporte para os visitantes.

Figura 08: Carro fúnebre motorizado



Fonte: ISMA, autoria e data desconhecidas.

Mudanças nas práticas fúnebres se inseriram também no projeto de urbanização da crescente Porto Alegre. Distante poucos quilômetros da igreja matriz (ver figura 09), no centro da cidade, os cemitérios do bairro Azenha – entre eles, o São Miguel – que, no século XIX, eram afastados do centro urbano, aos poucos foram inseridos no contexto urbano. Os novos carros fúnebres movidos a motor atingiam uma velocidade de 15 a 20 km/h e, possivelmente, percorriam o trajeto em aproximadamente 15 minutos, representando um serviço fúnebre mais ágil e eficaz.

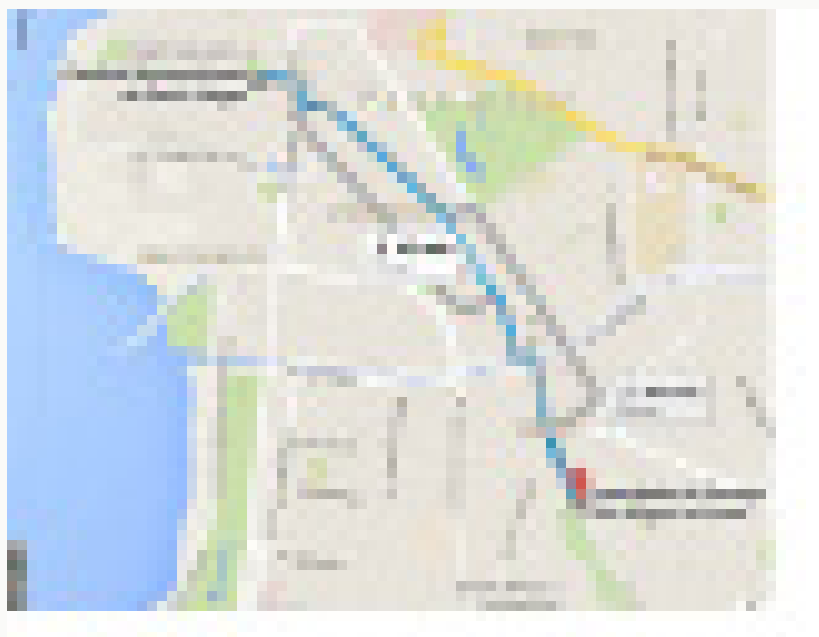
Entre 1920 e 1940, a irmandade contou com dois carros fúnebres para adultos e um carro para condução de crianças.<sup>31</sup> Para o sócio da São Miguel, o fato de a instituição possuir um automóvel expressava sua condição social ou desejo de demonstração pública de prestígio ou, até, de ascensão social (Queiroz, 2006, p. 120) na hora da morte de um familiar. O fato de conduzir o morto num cortejo automobilístico significava um reforço das hierarquias sociais e de suas distinções simbólicas. Assim, os carros fúnebres motorizados evidenciavam novas etiquetas fúnebres,<sup>32</sup> que visavam conferir maior prestígio à família do morto.

31 ISMA, Ata, 26 março de 1935, fl.35.

32 A expressão “códigos de etiqueta fúnebre” é de Motta (2008, p. 95).



Figura 09: Trajeto Igreja Matriz – Cemitério São Miguel e Almas, Porto Alegre



Fonte: <https://maps.google.com.br>

Os deslocamentos ao cemitério não ocorriam apenas por ocasião da morte de um familiar, como nas visitas aos túmulos, na passagem do Dia de Finados, quando a irmandade investia em práticas religiosas. Havia empenho na organização de atividades por ocasião dos Finados, momento em que o cemitério recebia maior número de visitantes, que buscavam zelar pelas sepulturas, rezar pelos mortos, oferecer flores e expressar saudades. O embelezamento do cemitério, a organização de solenidades sacras (missas, corais, bênçãos) e sua divulgação na imprensa foram medidas adotadas anualmente, desde meados de outubro, com empenho da irmandade para a tradicional homenagem aos mortos.

No dia dos mortos ou em qualquer outra data especial, o cemitério recebia bênçãos religiosas. Benzer o cemitério – para os irmãos e para o público – era garantia de proteção para um espaço que não se destinava somente para enterros, já que ali se realizava velório, missas, encomendações e inumação. A título de ilustração, vale observar a fotografia abaixo (figura 10), provavelmente do início da década de 1960, que registra a bênção do padre João Balém sobre todo o cemitério. Na ocasião, os irmãos mesários acompanhavam o ritual, devidamente paramentados.

Figura 10: Bênçãos no cemitério



Fonte: ISMA, "Fotos Ávila", início anos 1960

No dia dos mortos, a irmandade organizava missas para as almas no interior do cemitério, rezadas pelo funcionário capelão – conforme se vê na imagem abaixo (figura 11) – e acompanhada pelos irmãos vestidos com suas opas representativas da instituição. Nestas ocasiões, entre uma missa e outra, geralmente os membros da mesa administrativa enunciavam discursos, enaltecendo a associação, sua importância para a cidade e compromisso com a fé cristã.

Figura 11: Missa no cemitério



Fonte: ISMA, autor e data desconhecida.

Para o dia de finados, o cemitério era preparado com cuidado antecipado, pauta de reunião das mesas administrativas amplamente discutida, pois a necrópole deveria estar apta a receber seus visitantes. Por parte da irmandade, eram realizadas celebrações litúrgicas em memória dos mortos e discursos eram proferidos. Da parte dos visitantes, túmulos eram limpos, orações efetuadas e flores colocadas para adornar os túmulos e sepulturas. Por estas práticas, os mortos eram cultuados, lembrados, evocados, celebrados, recordados e comemorados. A morte era pensada, refletida, antevista, enaltecida, visualizada simbolicamente como uma imagem próxima da vida, capaz de tranquilizar a eventualidade da própria morte daqueles que visitavam os túmulos de seus mortos.<sup>33</sup> O culto aos mortos assumia, subjetivamente, o “diálogo imaginário do sujeito consigo” (Catroga, 2010, p. 175), e as necrópoles dissimulam o “sem-sentido da morte”, sendo o cemitério um campo simbólico que “encobre [...] o que se pretende esquecer e recusar” (Catroga, 2010, p. 167). Se para uns a visita ao cemitério representava um momento de despedida ou de homenagem aos mortos, com a deposição de flores, as orações ou a expressão da saudade pelo choro, confortado por parentes e amigos; para outros, o cemitério era um “cenário amável”<sup>34</sup> e seus jazigos e túmulos brancos expressavam a “serenidade”<sup>35</sup> com que a alma deveria descansar na eternidade.<sup>36</sup>

As formas de homenagear os mortos nos Finados eram tradicionalmente revestidas de liturgia católica e foram mantidas em um contexto secularizado, no qual as homenagens prestadas a São Miguel continuaram a ser realizadas pelos irmãos. A presença constante do capelão atestava o cumprimento das práticas próprias do catolicismo oficial, realizadas na capela<sup>37</sup> do próprio cemitério (ver figura 12), que contava com imagens sacras, a imagem de São Miguel, a cruz, a água benta, etc. (ver figura 13).

Figura 12: Festa na capela do cemitério



Fonte: ISMA, “Fotos Ávila”, início anos 1960.

33 Inspirado em Thomas, 1986, p. 13.

34 Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre-RS, *Jornal Correio do Povo*, 03.11.1931, fl. 05-06.

35 Idem.

36 Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre-RS, *Jornal Correio do Povo*, 03.11.1931, fl. 05-06.

37 Idem.

Figura 13: Capelão e irmãos na capela do cemitério



Fonte: ISMA, "Fotos Ávila", início anos 1960.

Antes do dia dois de novembro, a mesa administrativa da irmandade tinha a incumbência de festejar seu patrono, sempre no dia 29 de setembro ou em data imediatamente posterior. Tais festividades, anunciadas na maioria das vezes, como missas, não deixaram de ser realizadas em nome da tradição, e ocorriam no espaço da igreja matriz – local em que a irmandade possuía altar lateral – e da capela no cemitério, conforme visto na figura 12, onde "micro procissões" eram realizadas no interior do cemitério, para abençoar todas as almas ali sepultadas, sendo que delas os irmãos participavam, identificados pelo uso de opas, como se vê na figura 14. Entre os objetivos da festa dedicada a São Miguel, o incremento da devoção ao arcanjo, a manutenção da tradição e dos esforços de mesas administrativas anteriores em realizar a festa e, especialmente, a recorrente divulgação do cemitério da irmandade como um campo santo que conciliava a tradição católica com a modernidade.

Figura 14: Irmãos paramentados na Festa de São Miguel



Fonte: ISMA, "Fotos Ávila", início anos 1960.

As homenagens prestadas ao protetor dos mortos, o Arcanjo São Miguel, no próprio cemitério ocorriam sob a forma de missas festivas e exigiam o envolvimento dos irmãos, o que nem sempre ocorria, sobretudo por depender de doações financeiras dos irmãos e da juíza da festa. De todo modo, o trabalho era intenso e incluía a confecção de opas, impressão de santinhos, planejamento de tríduos, emissão de convites e organização de orquestras, entre outras atividades. Estas eram algumas funções desempenhadas pelas mesas administrativas – sobretudo, as mulheres – visando a adoração do arcanjo e a promoção do cemitério. A figura 15 mostra irmãos paramentados ao sair da capela, provavelmente para seguir a micro procissão no interior do cemitério, sendo assistidos por homens e mulheres que contemplavam a cerimônia.

Figura 15: Irmãos saindo da capela no cemitério São Miguel e Almas



Fonte: ISMA, "Fotos Ávila", década de 1960

Estes três elementos fundamentais na vida associativa da instituição, o transporte fúnebre, a homenagem aos mortos no dia de finados e a homenagem festiva anual ao Arcanjo, foram fundamentais para a visibilidade pública das práticas religiosas e fúnebres e para a promoção social do cemitério. Além disso, e principalmente somados a estas práticas, estavam os enterramentos no ritual católico e as evidências das relações estabelecidas entre os irmãos<sup>38</sup> que, diante da morte, promoviam homenagens, como os pronunciamentos de discursos fúnebres. As suntuosidades destas ocasiões eram formais, ainda que simbólicas, de permanência das práticas fúnebres católicas do século anterior.

Este cemitério, cada vez mais integrado à cidade, se preparava para receber a cada ano um maior número de visitantes, por ocasião do dia de São Miguel e do dia de finados. Sem dúvida, as homenagens aos mortos e ao Arcanjo protetor as eram as duas ocasiões que mobilizavam a irmandade, na busca pelo planejamento de solenes para o culto cristão à memória dos mortos e

<sup>38</sup> A partir da década de 1920 e durante toda a primeira metade do século XX, o cemitério – com projetos do engenheiro italiano Armando Boni – configurou-se com diferentes formas arquitetônicas de sepulturas, com destaque para as "modernas" galerias verticais, com quatro ordens, sustentadas por grandes pilares e decoradas com ladrilhos e pintura branca.

para os festejos do patrono. Gerir e promover serviços religiosos e fúnebres no cemitério e divulgá-los amplamente significava reconhecer e anunciar a necrópole como espaço sagrado católico que se distinguia dos cemitérios públicos secularizados.

## Considerações finais

Foi na perspectiva de continuidade de um modelo de religiosidade cristã do século XIX, em tempos de secularização, que os católicos porto-alegrenses passaram a contar com um cemitério privado, administrado por uma irmandade tradicional leiga, cujos irmãos leigos e religiosos, com o aval da Igreja, acompanhavam o féretro, consagravam as sepulturas e encomendavam as almas dos finados. No Brasil, o Decreto de Secularização dos Cemitérios, de 1890, não coibia a existência de cemitérios particulares, que poderiam contar com expressão religiosa e com sujeição à inspeção municipal.<sup>39</sup> No entanto, a existência do cemitério que continuou com a normatividade própria baseada na fé, que elaborava seus próprios regulamentos e ritualizava a morte, significava a manutenção de práticas fúnebres tradicionais, experienciadas no século XIX.

Assim, a irmandade e o cemitério atenderam aos interesses de uma parcela católica da cidade de Porto Alegre. Estes interesses eram a disponibilização de um local considerado ideal para o enterro, mas passavam pelo caráter religioso do campo santo. Um cemitério exclusivamente cristão em ambiente secularizado contava com relevante diferencial, para os católicos mais interessados em assumir para si e para seus familiares a garantia de um enterro em local sagrado, especialmente para imigrantes europeus, dentre os quais se destacavam os italianos. O cemitério da irmandade tornava-se um reduto católico, um espaço próprio de solidariedade religiosa cristã no momento da morte, ante a secularização cemiterial republicana.

Ao abordar os sentidos da administração privada dos serviços fúnebres do cemitério São Miguel e Almas, a intenção foi apresentar as especificidades desta necrópole católica, em contexto muito marcado pela secularização e laicização, diante do declínio da autoridade eclesiástica em diferentes instâncias de organização social e na ausência de qualquer aspecto religioso em instituições e propostas políticas republicanas. A permanência de práticas católicas de sepultamento foi acompanhada por inúmeras mudanças e adaptações nas práticas fúnebres, nas concepções de morte e de cemitério, muitas das quais em função do processo de urbanização vivido pela cidade, nas primeiras décadas do século XX.

Para os mortos destinados ao cemitério São Miguel e Almas, o funeral se caracterizava pelo enterro acompanhado pelo ritual religioso, um ato litúrgico, diferentemente de uma simples inumação física. Portanto, a morte e o ritual das exéquias exigiam um ritual sob o "signo divino"<sup>40</sup>, que marcava a despedida da comunidade confraternal de um membro ou apenas de um indivíduo que partilhava a mesma fé (os irmãos de corpo presente), em uma liturgia funerária revestida de forte sentido cristão-católico.

<sup>39</sup> A capela assumia plenamente sua função religiosa, sendo um dos pilares fundamentais do cemitério: local de encomendação, de missas para as almas, de alocações diocesanas, de pronunciamentos dos irmãos, de homenagens fúnebres, substituindo ou, então, complementando os antigos modos de conceber os mortos na igreja. Não que nela fossem enterrados os irmãos, mas nela eram realizados os ofícios religiosos, além de ser um espaço sagrado – dentro do cemitério – para que os familiares rezassem e pedissem as bênçãos pelas almas dos seus finados.

<sup>40</sup> Sobre a diferenciação entre um "funeral" e um simples "enterro", ver Ucelay-Da-Cal, 2009, p. 133.



Entre meados do século XIX e 1909, ano da fundação do cemitério, a irmandade fez uso funerário de um pequeno *locus* privado (arrendado para a irmandade) no interior do espaço público do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, que ocorreu sem registro de choques ou desentendimentos com setores anticlericais da sociedade local. As celebrações religiosas e fúnebres da irmandade São Miguel e Almas permaneceram, observando-se o caráter privado do cemitério. A partir de 1909, esta condição de privacidade possibilitou que as práticas fúnebres promovidas pela irmandade fossem desenvolvidas como afirmação de autonomia<sup>41</sup> num período em que a secularização valorizou a individualização, a experiência pessoal, a encenação, a emotividade, a crença, ainda que fora do controle eclesiástico (Catroga, 2006, p. 458).

O novo cemitério da irmandade foi, sem dúvida, resultado do empenho de um grupo irmandado de católicos que, na proximidade da morte ou diante da morte de um familiar, valorizava a religiosidade, o ritual das exéquias, as missas para as almas e, principalmente, o espaço póstumo sacro. No início do século XX, Porto Alegre contava com os cemitérios de Belém Velho (desde início do século XIX), da Santa Casa (desde 1850), o Evangélico (desde 1856), o cemitério municipal Cavallhada (desde 1898 e, a partir de 1954, chamado de Tristeza), o Espanhol (desde 1906), o cemitério da Sociedade Beneficência Portuguesa (1909-1969), o São José (desde 1923), o Israelita (desde 1910) e o cemitério público São João (desde 1935).<sup>42</sup> Dentre os cemitérios disponíveis aos porto-alegrenses, o São Miguel e Almas era o católico por excelência. Suas atividades cemiteriais e religiosas, como edificações de nichos, cortejos fúnebres, missas, festas, distribuições de santinhos, divulgação dos finados, entre outras, geravam entre os fiéis uma identificação coletiva com o modelo cristão de enterro ideal e a promoção dos valores cristãos do cemitério.<sup>43</sup>

A visibilidade pública do cemitério, somada a outros fatores (aumento populacional, maior número de mortos, modernização cemiterial e garantia de enterro cristão em espaço sacro) nas três décadas após sua fundação possibilitaram uma expansão do espaço físico desse campo santo, tanto horizontal quanto verticalmente. O cemitério, assim, conjugou as modernas formas de enterrar em gavetas com os tradicionais túmulos que ocupavam o chão e os grandes jazigos-capelas, como se percebe na figura 16.

41 Diz Catroga que "a secularização não é sinônimo de anti-religião, mas afirmação da autonomia do século" (Catroga, 2006, p. 453).

42 Ver Pimentel (1945, p. 512), Abrão (2009, p. 100-120), Weber (2012, p. 140).

43 Livremente inspirado em Cerezales (2009, p. 67).



Figura 16: Os diferentes tipos de túmulos do cemitério São Miguel e Almas



Fonte: <http://cemiteriosaomiguel.org.br/>

Desse modo, crescia não somente a participação social na irmandade, como os enterros de sujeitos dispostos a pagar por arrendamentos para familiares mortos ou por perpetuações de túmulos em seu cemitério. A análise das atas da irmandade revelou que, entre os irmãos e os mortos, constavam políticos, profissionais liberais, militares, comerciantes, industriais, jornalistas, um grupo social heterogêneo, que desfrutava de boa condição econômica. Entre os integrantes das mesas administrativas do período, predominou esse perfil social, de sujeitos de variadas instâncias profissionais, com atuações em diferentes espaços institucionais, que compartilhavam as mesmas práticas religiosas e culturais.

Para esses irmanados, e porque não dizer para a cidade, a importância social da morte, sua celebração pública – assistida por todos – e também privada – experienciada no interior do grupo católico – ganhava novos contornos, na gestão da comunidade associativa, muito mais de ordem estética e patrimonial do que relacionada a mudanças na ingerência sagrada da Igreja, visto que a secularização republicana dos cemitérios não atingiu as práticas funerárias cristãs dos irmãos. A secularização promoveu transformações culturais, objetivadas em “ideias, valores e expectativas que transmutaram a maneira como os indivíduos e os grupos passaram a perspectivar o sentido da história, a justificar as suas ações no mundo, a fundamentar os seus projetos e as suas estratégias, a povoar os seus imaginários, a justificar a sua vocação sociabilitária e a viver sua própria experiência religiosa” (Catroga, 2006, p. 460). Distanciados da religião institucional, os sujeitos poderiam decidir livremente – perante o religioso – entre os cemitérios públicos e privados, entre os confessionais e não confessionais, entre possuir uma experiência sob perspectiva cristã de enterro ou um enterro em ambiente comunitário, compartilhado, de múltiplos princípios religiosos.

Apesar de manter sua especificidade cristã, evidentemente, o cemitério mudou, acompanhando as mudanças nas concepções e modos de encarar a morte, passando de um modelo tumular familiar grandioso e monumental, para um modelo que configurava um conjunto de gavetas individuais, vertical e imponente. O cemitério não perdeu sua referência de “imagem es-



quemática da sociedade”, sua classificação e representação dos grupos sociais, com seus grupos familiares, que preservavam seu “local”, visitavam as sepulturas dos seus e promoviam o culto da recordação. O cemitério não mais implicava em distanciamento e as visitas das famílias aos túmulos se tornavam mais frequentes, por não ficarem indiferentes à lembrança de seus mortos (Ariès, 1977, p. 302).

O cemitério, que se denominava “São Miguel e Almas”, passou a carregar simbolismos para os católicos, que o associavam ao Arcanjo. Por vezes, a imagem do Arcanjo, representado por um guerreiro alado com uma espada na mão, expressava vigor e determinação espiritual contra qualquer influência maléfica que viesse a atormentar a alma após a morte e se apresentava como possibilidade de salvação, uma vez que era o encarregado da mediação, no encaminhamento da alma pelo mundo transcendental.

Figura 17: Escultura de São Miguel na capela



Fonte: <http://cemiteriosaomiguel.org.br/>

Em 1949, a irmandade planejou instalar uma grande imagem do padroeiro São Miguel no cemitério.<sup>44</sup> Esta imagem encontra-se ainda hoje na necrópole, adornando e “protegendo” a entrada da capela, chamada de “igreja”, conforme figura 17. O campo santo da irmandade era, de fato, um espaço sagrado, destinado aos fiéis defuntos católicos, um cemitério que se apresentava como “terra dos mortos” e “zona do sagrado” (Ariès, 1977, p. 213). Diferentemente de um cemitério público, nele eram praticados ritos fúnebres exclusivamente católicos, como erguer bandeiras e entoar cânticos, guardando respeito e reverência.

44 ISMA, Ata, 8 de abril de 1949, fl. 52v.

## Referências Bibliográficas

ABRÃO, Janete. *Banalização da morte na cidade calada. A Hespanhola em Porto Alegre, 1918*. 2ª. Ed. Porto Alegre: EDIPUC, 2009. 162p.

ARIËS, Philippe. *O homem perante a morte*. Vol. II. Sintra, Portugal: Europa-américa, 1977. 373p.

BAREA, Dom José. *História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Porto Alegre: EST, 2004 [1932]. 278p.

CATROGA, Fernando. Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos. *Mimesis*, Bauru, v. 23, n. 2, p. 13-47, p. 35, 2002.

\_\_\_\_\_. *Entre deuses e céspedes. Secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006. 512p.

\_\_\_\_\_. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, p. 175, jan.-jun. 2010

CEREZALES, Diego Palacios. Ritual funerário y política en el Portugal contemporáneo. In: CASQUETE, Jesús e CRUZ, Rafael (Org.). *Políticas de la muerte*. Usos y abusos del ritual fúnebre en la Europa del siglo XX. Madrid: Catarata, p. 39-72, 2009.

DILLMANN, Mauro. Modernização e transformações nos cortejos fúnebres da Irmandade São Miguel e Almas (Porto Alegre, século XX). In: ZANOTTO, Gizele (org). *Religiões e Religiosidades no Rio Grande do Sul*. Vol.1. Passo Fundo: PPGH/UPF, Clube dos Autores, p. 113-140, 2012.

\_\_\_\_\_. Representatividade social da irmandade e cemitério São Miguel e Almas na secularizada e republicana cidade de Porto Alegre/RS, *Tempos Históricos*, V. 17, p. 215-232, 1º sem. 2013.

\_\_\_\_\_. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República*. Porto Alegre, início do século XX. São Paulo: Paco Editorial, 2016. 428p.

ELIAS, Norbert. *Solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 107p.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 299p.

MOTTA, Antonio. *À flor da pedra*. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Massangana, 2008. 202p.

NASCIMENTO, Mara. *Irmandades leigas em Porto Alegre*. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. 362p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. 455p.



PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Porto Alegre*. Volume 1 e 2. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945. 648p.

POSSAMAI, Paulo. *"Dall'Italia siamo partiti": a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UFP, 2005. 268p.

QUEIROZ, Renato da Silva. Os automóveis e seus donos, *Imaginário*, USP, vol. 12, n. 13, 113-122, 2006.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950*. Tese de doutorado em História, UFBA, Salvador, 2008. 281p.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além. A secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 390p.

THOMAS, Louis-Vicent. Prefácio. In: BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários. Morrer é morrer?* São Paulo: Paulus, p. 7-29, 1986.

UCELAY-DA-CAL, Enric. Enterrar al ciudadano o el tránsito que para el tránsito. El gran funeral público del prócer en la Barcelona ensachada (1900-1939). In: CASQUETE, Jesús; CRUZ, Rafael (Org.). *Políticas de la muerte. Usos y abusos del ritual fúnebre en la Europa del siglo XX*. Madrid: Catarata, p. 129-170, 2009.

VALDÉS, Alma Victoria. *Itinerario de los muertos en el siglo XIX mexicano*. México, Coahuila: Ed. PYV, 2009. 230p.

WEBER, Regina. Espanhóis no sul do Brasil: diversidade e identidade. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 56, p. 137-157, p. 141, jan.-jun. 2012.

*Aceito em: 24 de maio de 2016*

*Aprovado em: 13 de julho de 2016*

